

1848

A Primavera dos Povos



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Lincoln Secco

1848

A Primavera dos Povos

Série | Saber
& Crítica 14



2025

Copyright © Lincoln Secco
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Secco, Lincoln

1848: a primavera dos povos / Lincoln Secco. – 1. ed. – São Paulo:
LF Editorial, 2025. – (Série saber & crítica; 14)

Bibliografia

ISBN 978-65-5563-664-2

1. Ciência política 2. Europa - Civilização - Historiografia 3. Europa - Guerra - História
4. Europa - História 5. Europa - Política e governo I. Título II. Série.

25-309421.0

CDD-943

Índices para catálogo sistemático:

1. Europa: História 943

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

Sumário

O teatro da política	6
A face da revolução.....	30
Da esquerda à direita.....	45
De Napoleão I a Napoleão III.....	71
Bibliografia comentada	91
Sobre o autor	96

O teatro da política

A política é um drama que se apresenta no palco da igualdade jurídica. Contudo, a esfera celestial do Direito apenas vela o mundo terreno das desigualdades materiais. “Palco” é a palavra certa para a política, esta representação alienada da vida real. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx inicia o drama por um desfile macabro de personagens mortos e mortos-vivos (fantasmas e espectros) comparados em sua grandeza e em sua pequenez para logo dar lugar ao roteiro que será seguido: *“Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo se repetem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Louis Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário!”*.

Esta passagem foi tomada diretamente por Marx de uma carta de Engels. A ideia de que o golpe de Luís Napoleão era uma paródia do golpe de 18 Brumário de Napoleão I também foi de Engels. Em seguida serão chamados ao palco Lutero com a máscara do apóstolo Paulo e os heróis da Revolução Burguesa (embora nada de heróico haja na burguesia): Camille Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, disfarçados como os Brutus, os Gracos, os Públicolas, os tribunos, os senadores e o próprio César, além de Cromwell. Os porta vozes burgueses que se interpõem na cena seguinte são economistas e pensadores: Say, Cousin, Royer-Collard, Benjamin Constant e Guizot. À testa de todos Luís XVIII, o

“cabeça de toucinho” (*Speckkopf*). Este não é mais uma continuação da tradição legitimista e sim o rei de uma Restauração em que o retrocesso político é só a máscara da propriedade burguesa quando os personagens jacobinos se tornam desnecessários. Só mais tarde novos personagens ainda mais medíocres subirão ao palco. No preâmbulo, contudo, um novo ator surgirá indomável e, por isso, terá que ser afastado da peça, rondando o teatro como fantasma até quase o fim da apresentação: o proletariado.

Aos personagens segue-se o cortejo das classes. Lembremos que no prefácio à segunda edição Marx cita dois autores. Victor Hugo, ao apequenar Napoleão III, inadvertidamente lhe empresta poder pessoal. Já Proudhon vê o golpe como resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Faz história “objetiva”, ou seja, presa aos acontecimentos como unidades explicativas em si mesmas, ainda que encadeadas por um fio condutor. Marx pretende fazer uma história das lutas de classes e suas representações. Ele quis desvendar as condições em que o drama é representado por personagens medíocres. Por isso, dedica-se a definir as classes que compõem o jogo da política: burguesia financeira, burguesia industrial, campesinato, pequena burguesia, proletariado e lumpemproletariado. É só concebendo as classes que Marx pode desnudar os personagens de suas fantasias teatrais.

Aliás, desde o início o leitor / expectador se depara com um movimento de apreensão da política que não pode dispensar os *índices* da atividade teatral: espírito (*Geist*), parodiar (*Parodieren*), espectro (*Gespenst*), Fantasmagoria (*Phantasmagorie*), trapaceiro, mágico, imaginação ou fantasia (*Phantasie*)... E também termos típicos do teatro: os Atores (die

Schauspieler), a caricatura (Karikatur), figurino (*Kostüme*), Tragédia (Tragödie), abertura (*Ouverture*), Farsa (*Farce*) e seus efeitos dramáticos (*die dramatischen Effekte*).

Apresentados os personagens em suas fantasias, segue-se o roteiro:

1. Período de fevereiro (prólogo da revolução)
2. Assembléia Nacional Constituinte (14 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849)
3. Assembléia Legislativa (28 de maio de 1849 ao golpe de dezembro de 1851)

Notamos que nesta periodização os marcos cronológicos não são importantes. Por exemplo: no primeiro período há o dia 15 de maio quando Auguste Blanqui e seus camaradas invadem o parlamento para obrigar os deputados a tomarem medidas populares. São presos. Isso faz com que em junho a insurreição operária fosse feita sem seus líderes, como lembrou também outro observador da época: Tocqueville. No segundo período há o junho de 1849 do partido “montanhês”, quando esta falsa esquerda rediviva se comporta como partido armado no parlamento e resolve ser parlamentar nas ruas (uma caricatura do junho de 1848). Se em junho de 1848 o proletariado entra em cena sem líderes, no junho seguinte, a pequena burguesia socialista causa a sensação contrária: agora, os líderes aparecem sem o povo. O segundo período é o da dominação (até dezembro de 1848) e desagregação (até junho de 1849) dos republicanos burgueses. Marx sugere que tem diante de si uma “história sem acontecimentos”.

Em contrapartida, junho é o “acontecimento mais colossal na história das guerras civis europeias”, diz Marx. Depreende-se que é depois deste acontecimento dotado de heroísmo que se inicia a fase de “heróis sem feitos heroicos, história sem acontecimentos”. Notemos que os *verdadeiros acontecimentos* não constituem balizas cronológicas da narrativa de Karl Marx. Ele “prefere” os “falsos” acontecimentos. Por que Marx se dedicaria a narrar uma “história sem acontecimentos” conforme sua própria expressão? É que a República Social de Fevereiro apareceu como uma frase (*Die soziale Republik erschien als Phrase*). Nos primeiros atos do drama o proletariado foi deslocado do palco. Primeiro os seus “chefes”. Depois ele próprio no mês de junho de 1848.

Aqui cabe uma digressão sobre a repercussão europeia de junho. Muito tempo depois, em *O Capital* (capítulo “A Jornada de Trabalho”), Marx praticamente reescreveu um trecho bastante conhecido do seu *O 18 Brumário*: “Logo em seguida, a insurreição parisiense de junho e seu afogamento em sangue uniram, tanto na Inglaterra quanto na Europa continental, todas as classes dominantes, proprietários de terra e capitalistas, especuladores da bolsa e lojistas, protecionistas e livre cambistas, governo e oposição, padres e livre pensadores, jovens prostitutas e velhas freiras, sob a bandeira comum da salvação da propriedade, da religião, da sociedade”. Em *O 18 Brumário* Marx escreveu: “A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio”. Tudo isso em

defesa da “propriedade, família, religião e ordem” ... A história parlamentar que se sucede gira em falso, no vazio, aparentemente suspensa no ar. A vida celestial (como diz Marx em *A questão judaica*) não contém sua razão de ser nela mesma, mas é preciso buscá-la na vida terrena. A política se desenrola no mundo celestial das idéias, da cidadania, da igualdade jurídica e não das desigualdades econômicas e de classes.

A política é a representação alienada da vida terrena, daí a necessidade da linguagem teatral. Esta linguagem já aparecera no *Manifesto Comunista* e no *Discurso sobre o Livre Câmbio*. O pano de fundo da cena, a representação, a arte de dar voz aos personagens das classes sociais, a caricatura (Luis Bonaparte, junho de 1849), a tragédia (a Grande Revolução Francesa, o junho de 1848), a farsa, a comédia parlamentar (o cretinismo parlamentar) e até o bufão (Napoleão III) não são formas casuais. A forma teatral tem um significado em si e por si mesma. Ela não é mero invólucro. Ela significa a política celestial burguesa em contraposição à política real dos bastidores. Ela é a *frase*. O problema é que se o primeiro Bonaparte já se iludia quanto ao seu papel, vestindo-se como Cesar, ao menos ele sancionava com seu código a propriedade e a vitória social do capitalismo. Napoleão III é um farsante de uma comédia sem grandeza. O personagem não precisa ser pintado com os traços baixos e cômicos de acordo com os ensinamentos da *Poética* de Aristóteles. Marx mostra como ele é apenas o mais expressivo de um processo histórico ele mesmo farsante.

A primeira Revolução tinha história, ainda que nela a frase altissonante disfarçasse o conteúdo estreito, mesquinho e burguês. Ela seguia uma linha ascendente, como toda verdadeira revolução. O grupo mais radical suplantava o mais

moderado e levava a revolução adiante. A de 1848 segue uma linha descendente e o grupo mais radical é o primeiro a passar aos bastidores (o proletariado). Daí porque a verdadeira história revolucionária está na economia, no comércio, nas condições de vida das classes sociais etc. Ela aparecerá como história política no meomento da dissolução da própria política e do desfecho da peça. Neste momento o conteúdo irá além da frase e a Revolução não precisará invocar disfarces para realizar sua obra. “Lá a frase foi além do conteúdo, aqui o conteúdo vai além da frase” (*“Dort ging die Phrase über den Inhalt, hier geht der Inhalt über die Phrase hinaus”*). Ainda assim, Marx narra a comédia parlamentar. É que a forma nunca é uma fôrma. Ela *significa*, já o dissemos. Só desnudando a comédia parlamentar é possível ver o descolamento entre classe e representação de classe. Entre os representantes literários da pequena burguesia e os *shopkeepers*; entre o “mundo imaginário” dos parlamentares e o “rude mundo exterior” e até mesmo entre o campesinato e Napoleão III. Afinal, o camponês tem uma dupla alma, a da Vendée (quando aderiu à contra-Revolução sob a liderança de LaRochejacquelin) e a de Cèvennes (revolta ou jacquerie dos camisards huguenotes (1702-1704). Ou seja, ele é grato à memória de Napoleão I, mas perceberá que as obrigações servis foram substituídas pelo imposto, a hipoteca e os juros.

Segundo Florestan Fernandes, Marx não pensou em transmutar o termo histórico bonapartismo num conceito abstrato de validade geral. Ele mesmo criticou o uso no século XIX do conceito de cesarismo. Na época do capitalismo monopolista ele se tornou quase um conceito vazio. Todavia, o Estado que se centraliza e assume autonomia na figura de um comediante não é uma anomalia francesa, mas uma tendência

objetiva da política em se desvincular aparentemente das lutas de classes e se apresentar na forma de lutas entre celebridades políticas. Nos países periféricos ou durante crises de legitimidade, porém, não é mais ao Bonaparte que as classes dominantes recorrem, mas à ditadura aberta. O bonapartismo se baseia *eleitoralmente* no campesinato, *militarmente* numa parte do exército e *socialmente* no lumpemproletariado, uma camada descrita mais *moral* do que *cientificamente* por Marx. O lumpemproletariado serve para espantar os representantes literários da burguesia quando esta já não se importa com essa representação e prefere um “fim com terror a um terror sem fim”. Todavia, este bonapartismo está ligado ao decolamento aqui citado, a uma certa autonomia do Estado e a uma base social não vinculada a uma única classe. Nas condições concretas de um país em que a definição das duas classes sociais fundamentais ainda não se fazia nítida, um “prestidigitador”, capaz de surpresas constantes, pôde “atrair os olhares do público sobre si”.

As revoluções de 1848 apresentavam uma sincronia que despertou a consciência revolucionária. Em janeiro, a revolução iniciou-se na Sicília; fevereiro, em Paris; março em Viena. A onda se espalhou para a Hungria, os Estados alemães e chegou aos estudantes de Praga. Conquanto Marx e Engels tenham escrito sobre os acontecimentos europeus, a França continuou sendo o ensaio de uma atividade revolucionária concentrada, especialmente depois do mês de junho de 1848 quando o seu caráter socialista apareceu e desapareceu da cena principal. O primeiro período após os acontecimentos revolucionários de junho de 1848 é o domínio dos republicanos puros: um grupo heterogêneo de burgueses de ideias republicanas. Eles não são propriamente uma classe, mas um conjunto de

pessoas ligadas por ideias. Eles reduzem pela primeira vez o círculo da representação da revolução. Quando se instala a Assembleia Constituinte os elementos socialistas são excluídos da Comissão Executiva. Depois da insurreição de junho eles se livram dos republicanos pequeno burgueses (democratas de Ledru Rollin), dissolvem a Comissão Executiva e entregam o poder executivo a Cavaignac, o general que massacrou o povo em junho.

Há um subperíodo identificado sutilmente por Marx. Ele está entre 24 de junho de 1848 e 10 de dezembro do mesmo ano. Nele reina Cavaignac, mas só até a ascensão de Luís Bonaparte nas eleições presidenciais. A Constituição elabora-se de maneira nada surpreendente. Em cada parágrafo há a afirmação da liberdade universal, porém nada além (na verdade aquém) daquilo que a Grande Revolução de 1789 já proclamara. Mas na legislação infraconstitucional toda a liberdade geral se materializa como liberdade burguesa. A Constituição, como a República em que se baseia, é por isso expressão de um regime contraditório. Ela dá todos os poderes ao Presidente (administração direta e forças armadas) e a legitimidade do voto direto “universal” masculino. E põe diante dele a ameaça permanente do fim de seu mandato. O presidente não pode ser evidentemente, vitalício. Mas a guardiã da Constituição, a futura assembleia Legislativa, é formada por 750 cabeças contra um único representante da nação (Luís Napoleão).

Marx finalmente situa os verdadeiros acontecimentos nos subperíodos de uma cronologia refeita e ampliada que aparece no Capítulo VI:

- I - Primeiro Período: De 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848. Período de Fevereiro. Prólogo. Comédia da confraternização geral.
- II - Segundo Período: Período de constituição da república e da Assembléia Nacional Constituinte.
 - 1. De 4 de maio a 25 de junho de 1848. Luta de todas as classes contra o proletariado. Derrota do proletariado nas jornadas de junho.
 - 2. De 25 de junho a 10 de dezembro de 1848. Ditadura dos republicanos burgueses puros. Elaboração do projeto da Constituição. Proclamação do estado de sítio em Paris. A ditadura burguesa é posta à margem a 10 de dezembro com a eleição de Bonaparte para presidente.
 - 3. De 20 de dezembro de 1848 a 28 de maio de 1849. Luta da Assembléia Constituinte contra Bonaparte e contra o partido da ordem, aliado a Bonaparte. Fim da Assembleia Constituinte. Queda da burguesia republicana.
- III - Terceiro Período: Período da república constitucional da Assembleia Legislativa Nacional.
 - 1. De 28 de maio de 1849 a 13 de junho de 1849. Luta da pequena burguesia contra a burguesia e contra Bonaparte. Derrota da democracia pequeno-burguesa.

2. De 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850. Ditadura parlamentar do partido da ordem. Completa seu domínio com a abolição do sufrágio universal, mas perde o ministério parlamentar.

3. De 31 de maio de 1850 a 2 de dezembro de 1851. Luta entre a burguesia parlamentar e Bonaparte.

a) De 31 de maio de 1850 a 12 de janeiro de 1851. O Parlamento perde o controle supremo do exército.

b) De 12 de janeiro a 11 de abril de 1851. Leva a pior em suas tentativas de recuperar o poder administrativo. O partido da ordem perde sua maioria parlamentar independente. Sua aliança com os republicanos e a Montanha.

c) De 11 de abril de 1851 a 9 de outubro de 1851. Tentativas de revisão, fusão, prorrogação. O partido da ordem se decompõe em suas partes integrantes. Torna-se definitiva a ruptura do Parlamento burguês e da imprensa burguesa com a massa da burguesia.

d) De 9 de outubro a 2 de dezembro de 1851. Franca ruptura do Parlamento com o Poder Executivo. O Parlamento consome seu derradeiro ato e sucumbe, abandonado por sua própria classe, pelo exército e por todas as demais classes. Fim do regime parlamentar e do domínio

burguês. Vitória de Bonaparte. Paródia de restauração do império.

A cronologia vai da Comédia à paródia. O movimento do roteiro mimetiza a forma grandiloquente do próprio texto constitucional tanto quanto os subperíodos correspondem ao texto infraconstitucional onde a “verdade” da dominação de classe aparece. Os subperíodos guardam os “verdadeiros acontecimentos” ao lado dos “falsos” assim como a farsa dos direitos universais só aparece nos artigos da Constituição e a sua estreita verdade terrena se desvela nos parágrafos e na legislação ordinária. O III período da primeira cronologia (28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851) é o maior de todos e é apresentado no Capítulo III. É nele que a Revolução ascensional de 1789 é contraposta à revolução descendente de 1848. Estamos diante de uma revolução invertida? De uma contra-revolução? Afinal, nela a única força real já surge como apêndice da burguesia e é derrotada nos primeiros atos da narrativa.

Depois de junho de 1848 cada grupo dominante desempenha o papel grotesco de ser o contrário de si mesmo. Na peça os papéis são invertidos e os atores vestem disfarces. A Montanha, que deveria ser radical como a Montanha do período do terror do ano II da Grande Revolução Francesa, mostra-se *paciente*! Quando os monarquistas tomam a cena principal eles defendem a República! É que divididos em orleanistas e legitimistas (Partidários da linhagem de Luís Filipe e defensores da tradição dos Bourbons, respectivamente), eles preferem apoiar um regime que odeiam a permitir que outra dinastia predomine. Sua divisão os impelia a suportar uma República que ninguém desejava. Nem os socialistas, que

queriam mais; nem os conservadores, que queriam menos. O vermelho mostra-se como o seu contrário. Em vez do barrete frígido da Revolução (o seu capuz vermelho), temos os *culotes* da classe dominante.

Neste período sem relevância todos são como Peter Schlemihl invertidos, segundo Marx. Ele se refere ao personagem de Chamisso que vendeu a sombra e só anda à noite para que não lhe descubram o que lhe falta. Depois, ele prossegue usando a bota de sete léguas. Veremos em outro capítulo que Tocqueville também fará alusão às sombras de outros corpos, os da sua Aristocracia. Já os franceses de 1848 são apenas sombras sem o corpo. Mortos-vivos que sobrevivem do sangue do proletário, assim como o Trabalho morto é o Capital oposto ao trabalho vivo. Trata-se de espectros que aguardam um por vez na coxia a sua vez de encenar a dança vampiresca no palco da revolução sem revolução. A imagem vampiresca reaparecerá depois na obra *O Capital* de Marx. Para ele, o “capital é trabalho morto que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo”. Ele chega a definir a valorização do valor como a transformação de sangue infantil em capital, quando cita a exploração de menores na indústria.

Em 28 de maio de 1849 reúne-se a Assembleia Legislativa. O Partido da Ordem une os monarquistas em defesa da República Conservadora, os republicanos caem e a Montanha torna-se a oposição parlamentar. Enquanto isso a contrarrevolução triunfa na Europa e a Primavera dos Povos terminará. Marx narra uma história parlamentar clássica, mas precisa a todo o momento interromper a narrativa para expor os bastidores. A retomada da ação é sempre precedida de frases como: “retomemos o fio dos acontecimentos...”. A superfície é a da

reação do Partido da Ordem contra os direitos democráticos; e por parte da Montanha vemos a defesa dos “eternos direitos do homem”. Esta aparência “dissimula a luta de classes”, pois os legitimistas representam a grande propriedade territorial; os orleanistas, a burguesia arrivista, *parvenu*, financista. As formas de propriedade explicam as concepções de vida.

Todavia, o próprio Marx mostra em seguida que não há correspondência *direta* entre fantasias dos homens e mulheres e seus interesses reais. Os ideais de uma classe e a sua mentalidade não são apenas um *reflexo* de sua vida. Mas eles são realmente limitados pela vida real! Assim, o representante literário ou parlamentar da pequena burguesia não é necessariamente um *shopkeeper*, apenas a sua mentalidade não ultrapassa os limites que este não ultrapassa na sua vida prática. Tudo o que há de mais altissonante na fraseologia parlamentar está destinado ao lixo da história quando na ação concreta o representante revela que não pode ultrapassar a linha do interesse material do seu representado. Então, o filósofo “burguês” Locke suplanta o profeta do Velho Testamento Habacuc, diria Marx. Ou seja: a linguagem “real” da classe dominante se desapega de seus torneios verbais e adjetivos ornamentais e se reduz a um substantivo: contrarrevolução.

O Partido da Ordem deixa suas roupas monarquistas no camarim e defende a república como *única forma* de manter a natureza social de sua classe. E na “única forma” está toda a perdição do Partido da Ordem! Pois ele não pode ser o que é: monarquista. A República é a forma em que a contradição de classes amadurecidas pelo processo histórico encontra para se desenvolver. Estariam maduras as classes num país em que a burguesia é um apêndice monárquico e o proletariado ainda